

O PROCESSO: CONDIÇÃO DA EMERGÊNCIA DO NOVO

Odone José de Quadros*

SÍNTESE – O novo é uma possibilidade, uma realidade ou uma ficção? O encaminhamento de uma possível resposta passa pela concepção da realidade: ou linear: desdobramento de uma totalidade prévia; ou por rupturas: onde o próximo momento pode ser antes nunca existente nem na mente, nem na potencialidade da coisa, nem na natureza. O fundamento da possibilidade da real emergência do novo será buscado na concepção de processo, ponto de partida e resultado. Aparecerá a diferença entre processos naturais e processos que são acontecimentos do querer livre do homem. Assim como também uma discussão sobre a extensão da validade da doutrina aristotélica do ato e potência. De como o querer livre do homem se põe nos caminhos da necessidade do ponto de partida.

ABSTRACT – Is the new a possibility, a reality or a fiction? The direction of a possible answer goes by the conception of the reality: or lineal: unfolding of a previous totality; or for ruptures: where next moment can be before never existent nor in the mind, nor in the potentiality of the thing, nor in the nature. The foundation of the possibility of the real emergency of the new will be looked for in the process conception, starting point and result. It will appear the difference among natural processes and processes that are events of wanting free from the man. As well as also a discussion on the extension of the validity of the Aristotelian doctrine of the act and potency. As wanting free from the man becomes in the roads of the need of the starting point.

1 – O problema: linearidade do real e processo

Pretendo, aqui, examinar o aspecto da busca de explicação, de fundamentação ou de compreensão da realidade, quer daquela do pensamento, quer a da realidade fática, enquanto pergunta sobre a linearidade desdobrável da mesma, ou sobre a sua constante sucessão de rupturas. E isto aplicável igualmente ao campo das decisões éticas, como também ao das “invenções” poiéticas.

Quer dizer: em que medida tudo está já contido no continente *ab ovo*, germinalmente, incoativamente, necessitante apenas de desdobramento – *ex-plicatio*; ou em que medida, cada momento é mesmo um novo momento, entendendo-se esta novidade como uma real ruptura com o momento antecedente.

Quando o “tudo já está desde sempre contido”, isto redundará numa perspectiva de constante e reiterante análise, numa reconstrução, passo a passo, da totali-

* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS.

dade, de uma totalidade que, em verdade, já é prévia e anterior e que tem o caráter de positividade, de afirmação. Cada momento é o aparecimento de um todo que progressivamente se desenrola, se desenvolve e se mostra.

A possibilidade da irrupção do novo, por outra parte, é a aceitação da ruptura com o momento antecedente e, não obstante, necessária, precisamente enquanto ruptura, para a constituição de um todo possível de ser compreendido e que, enquanto todo, presente na parte e não separado dela, por isso não anterior a ela, circula e organiza lógica e realmente os dilemas e os contrastes: os contrários.

Pretendo comentar de forma questionadora o núcleo desta encruzilhada que parece estar presente na seguinte questão: como é possível – explicável, compreensível – o novo?

É o novo um acontecimento previsível, dentro da perspectiva linear, porque já contido em germe na totalidade, constituindo-se assim a explicação possível dele – do novo – como um advento do que já estava sempre escondido e que, agora, se dá a conhecer no tempo – historicidade, e que, por isso, nem era mesmo novo: sua novidade é apenas histórica, não real-objetiva. E todos nós nos pomos então como luzeiros ou faróis, antenas captadoras, do que já sempre era, é e terá que ser.

Ou a novidade é uma emergência original, não só originária? E a sua originalidade, contrariante do estabelecido, rompendo com o previsível, ou apenas incomoda e deve ser descartada como desvio, desordem e não-positividade – não-ser, portanto, como inexplicável, absurda, um não-senso, até indesejável se na ordem do agir humano; ou o novo, a originalidade do novo, enquanto negatividade do que se afirma, constitui-se ele mesmo em afirmação, necessitando de uma explicação que apresente suas condições de possibilidade.

Se, no caso da linearidade, a *totalidade* prévia era a condição de explicação de cada momento, descartando o absurdo do não-contido; no caso da aceitação da emergência da novidade, o *momento* é essencial para que o todo se institua e não se esvaia em aporias. E, por isso, a originariedade não é mais do que incitamento e virtualidade, e a parte é o lugar onde a totalidade, a um tempo, se dá e se constrói.

A mesma questão de fundo se faz presente onde quer que o pensamento se defronte com problemas de fundamento-limite. Assim, por exemplo, quando aflora a mesma indagação em se tratando da questão dos universais: quando se pergunta se o universal está *ante rem*, *in rebus*, ou *in mente*. Porque o todo pode se apresentar como o grande, primeiro e abrangente universal, e o novo, como a “coisa singular”. E aí, ou bem todo o singular já está contido no universal *ante rem* e *in mente* – e não existe singular sem universal: a prioridade do universal; ou bem, a ênfase se põe em que não há universal sem os singulares, pois que os universais deles não se distinguem, somente numa distinção de razão – *in rebus* e *ante mentem meam*: a prioridade do particular.

De forma análoga, em se tratando da liberdade: ou bem há uma onisciência prévia presente na totalidade, e o ato aparentemente livre mais não é do que uma consciente inconsciência da realização necessitante que resulta da exigência do todo, ou então, isto que chamamos de liberdade é, de si, a essência do caos e um continuado desconforto para a mente ciosa de organicidade.

Se ganho um quebra-cabeça – *puzzle* – de presente, um de quinhentas peças, aí há algumas possibilidades: 1ª. na tampa da caixa do quebra-cabeça está estampada a figura que eu devo montar; 2ª. me deram o quebra-cabeça sem figura nenhuma e, portanto, meu empreendimento, parece, terá que ser às cegas!

O quebra-cabeça com a figura estampada na tampa da caixa está prefigurado, *ante mentem meam* e *in re* e, uma vez conhecida a prefiguração, cabe-me reproduzi-la. Uma paradoxal novidade prevista.

O quebra-cabeça sem figura nenhuma dada me joga ao jogo aleatório da procura, aparentemente a única possibilidade do verdadeiramente novo. Novo *para mim*, porque continua a mesma situação do *ante mentem meam* e *in re*.

Nas duas possibilidades acima descritas, além da diferença apontada do prévio conhecimento ou não da figura a ser montada, há uma similitude questionadora para o que nos estamos propondo, qual seja: eu, sabendo ou não qual a figura que devo montar, sei, no entanto, que a figura já foi prefigurada, *in mente alicujus* e de que, portanto, já existe uma determinação anterior à minha ação, o que faz da minha descoberta “original” uma mera e simples repetição daquilo que não tem nada de novo. A novidade se circunscreve tão só ao meu momento, à temporalidade particular e pessoal, à minha historicidade. Por isso, a este ponto, o exemplo do quebra-cabeça não nos é de muita valia.

Semelhantemente à analogia com uma caixinha de surpresa: se alguém nos conta antes que, cuidado, ao abri-la haverá de saltar um boneco de molas; ou se, desconhecida e inadvertidamente a abrimos e nos surpreendemos, assustados, com a novidade do boneco de molas que salta de inopino. Poderia parecer que, no primeiro caso, não há novidade; no segundo, sim, e como. Em verdade, também no segundo caso, uma vez passada a surpresa da novidade, não tem mais possibilidade de ser originalmente novo o ato de abrir outra vez a mesma caixinha de surpresa. Foi um pouco o caso da caixa de Pandora. Mas, para o que nos concerne, em ambos os casos existe uma predeterminação do que está contido na caixa, *in re* e *ante mentem meam*, embora já *in mente alicujus* e, por isto, até, de algum modo, *ante rem*. Não há possibilidade do realmente novo e, em termos de compreensão, tudo está em desdobrar esta genealogia de precedência entre o já pensado, intuído, imaginado e o aparecimento, no tempo, do emergentemente novo.

Daí temos agudizada a indagação sobre a real possibilidade da emergência do novo.

Disto tudo e dentro deste contexto, aparece o núcleo do problema, isto é, a condição de possibilidade da emergência do novo. O novo então, ou como já contido e, portanto, não propriamente novo; ou como não contido no continente, por isso imprevisível, inesperado, adverso, no sentido de contrário, desinstalador da serenidade do estabelecido.

A tese que passo a defender na eventualidade do presente trabalho acadêmico é a de que: *o que quer que seja que a gente faça, a gente o faz, e, no entanto, aquilo mesmo se faz, enquanto se está fazendo. Trata-se de um processo. Em outras palavras, quero dizer, que o acento de meus comentários questionadores se põe na compreensão do uso do termo processo, na expectativa de que a análise deste termo-acontecimento possa ajudar a elucidar a possibilidade do novo.*

Como tenho a eleição de um tema para o meu trabalho de doutorado, a partir de um autor, no caso, o filósofo italiano Luigi Pareyson, não me furtarei de adotar pontos de vista expedidos pelo autor citado, constantes em bibliografia referida ao final.

2 – Que processo? Processos da natureza

Como se entenderá aqui o termo processo?

Admitamos, inicialmente, como moldura, a possibilidade de se distinguirem processos que não envolvem a liberdade humana daqueles instaurados pelo querer livre.

Há, portanto, processos da natureza, em sentido amplo, possuída do seu *nisus formativus* (Goethe), onde a inumerável multiplicidade das formas, por assim dizer, continuamente irrompe na ânsia de sua completude, de seu *fulfilment* (Dewey), com dinâmica organicidade – *schéma dynamique* (Bergson), com *Gestaltungsdrang* ou com a *vie des formes* (Focillon). Assim, a peripécia do ciclo vital: nascimento, crescimento, maturação, fecundidade, morte. E há, por outra parte, processos que só o são pelo envolvimento da consciência do homem e pela densidade que lhes confere a liberdade. São todos os processos da ordem do agir humano ético e poético. Do último, Poe, Flaubert e Valéry, para citar alguns, foram destacados nas observações que fizeram sobre o caráter compositivo e construtivo, ao mesmo tempo calculado e aventureiro, processual, da liberdade às voltas com a inventividade. Também Schelling e Whitehead, além dos já citados contribuíram com considerações sobre o aspecto orgânico da atividade poética, na direção que aqui nos interessa.

No caso dos processos da natureza em geral, ou daqueles onde não há o direto envolvimento da decisão humana, observa-se a pretendida determinação das leis naturais. Digo, provisoriamente, pretendida, não esquecendo as posições contemporâneas que descobrem na natureza um grande enigma de sistemas abertos, portanto, não determinados, não previsíveis e, por isso, surpreendentes.

Mas, se permanecêssemos na presumível necessidade das leis físicas, vista a natureza como um grande ente destituído de vontade própria, mas direcionado por uma lógica presente em cada acontecimento – o reino da necessidade natural, teríamos que tipo de processo? Aquele tipo de processo que já chamava a atenção do estagirita e que lhe permitia apresentar um dos princípios constitutivos do ser, entendendo-se por ser, então, a substância natural, exposto na teoria do ato e potência.

Poderíamos, então, perguntar: dentro da doutrina aristotélica do ato e potência, se ali há processo e, se houver, de que tipo de processo se trata. Nossa consideração não tem a pretensão de colocar em crise a consagrada doutrina do ato e potência, um dos esteios da ontologia aristotélica, mas a de chamar a atenção para que modelo de processo estava na mente de Aristóteles.

Aristóteles assinala claramente: “[...] es evidente que, según la noción, es anterior el acto: sólo porque puede actuar es la potencia una potencia. Lhamo, por ejemplo, capaz de construir al que quiere construir; dotado de la vista, al que

puede ver; visible a lo que puede ser visto. El mismo razonamiento se aplica a todo lo demás, de suerte que necesariamente la noción y el conocimiento del acto son anteriores al conocimiento de la potencia.”¹

Aqui temos um processo sim, na medida em que se contempla uma caminhada, um *dis-correre*, um *pro-gressus* que apresenta um ponto de partida, um percurso-desenvolvimento e um ponto de chegada ou um resultado.

Para respondermos à pergunta sobre de que tipo de processo se está tratando na doutrina do ato e potência, teríamos que nos deter na compreensão do termo resultado. De que resultado se trata? De um resultado que é o primeiro conhecido, o *primum notum*, aquele único que é capaz de já sempre determinar as virtualidades de qualquer potência. Por isso, diz Aristóteles: “é evidente que [...] é anterior o ato” e, mais adiante, “de sorte que necessariamente a noção e o conhecimento do ato são anteriores ao conhecimento da potência”.

É importante ressaltar que a anterioridade do ato aparece na ordem da noção e do conhecimento. Portanto, se conhece antecipadamente do que uma capacidade é capaz; já se sabe, de antemão, onde necessariamente vai terminar um processo, qual será o termo, o resultado da caminhada. Há uma predeterminação na ordem do conhecimento. Sabe-se já como terminará a peça teatral intitulada potência. Que uma semente de bergamoteira, em condições e em tempo oportuno, possa resultar numa bergamoteira adulta, ou que um embrião de camundongo resultará em camundongo adulto, nisto há uma determinação na tampa da caixa. No começo, pode até ter sido uma caixinha de surpresa.

O ato aparece como anterior, enquanto noção, na ordem do tempo.

Neste tipo de processo, o resultado é o termo, o ponto de chegada, o fim, a finalização do processo.

Um processo com ponto final pré-conhecido é dotado de linearidade e sua compreensão está entregue ao desdobramento, à análise, dos diversos tipos de movimento que possibilitam cada diferente resultado. Um mundo, aparentemente, mais fácil de ser dominado uma vez que conta com a previsão do conhecimento e das noções: com a dominação do conhecimento ou da teoria. As coisas todas, como o agir humano, estão pendentes da ordem “ser – natureza – finalidade”.

Neste tipo de processo, tudo está embrionariamente, incoativamente em progresso, maturando.

Não será válida, a esta altura, a pergunta: a doutrina do ato e potência, enfocada aqui como paradigma de um tipo de processo, terá sempre e em qualquer situação validade de aplicação irrestrita? Isto é, se a doutrina do ato e potência é válida como doutrina explicativa da mudança dos entes, dos entes naturais, dos processos que naquele âmbito se realizam, terá igual validade aplicada ou às ações livres do homem, ou aos entes produzidos com o concurso do querer livre do homem? Ou, simplificadamente: a explicação do ato e potência é explicação cabal para o completamente novo? Ou para a real emergência do novo, ato e potência não são explicação nenhuma?

Mas, e se houver processos, dos quais, conhecido o seu ponto de partida, deles não se tem noção ou conhecimento algum do resultado por vir, como se

¹ Met., T, VIII, 1049 b 10-20).

compreenderão estes tipos de processo? Assim, diante de um tigre posso estar paradoxalmente mais tranqüilo do que diante de uma pessoa, porque do tigre sei que só pode “tigrar” a minha vida, ou seja, se pode saber, mediante longo e detido estudo daquela espécie animal, quais as previsíveis reações que poderá instintivamente apresentar. Muito embora, caracterize-se o instinto altamente especializado de cada espécie animal como uma verdadeira *vis aestimativa* (Tomás de Aquino). Mas pode-se afirmar, penso, o que afirmei, desde que se entenda por instinto altamente especializado o sentido contemporâneo de um comportamento, inato, biologicamente herdado, perfeito desde o início, igual para todos os indivíduos daquela espécie animal e que visa à sobrevivência de cada indivíduo e da espécie. Já, diferentemente, diante de uma pessoa que, intransferivelmente dotada de possibilidade de decidir, é sempre, de novo, para mim, um enigma, uma incógnita, imprevisível. A previsibilidade só se daria atrelada aos princípios da noção e do conhecimento, à linearidade dos princípios, previamente dispostos, conhecidos e observados: liberdade submissa ou submetida. O que se sabe é que, por exemplo, um tigre não pega uma menina de nove anos, a arrasta para a beira do rio Guaíba e a estupra. Já o ser humano, de que é ele capaz? Quais as potências contidas nele?

Propositadamente apresentei o exemplo do tigre e da pessoa como exemplos respectivamente de um processo natural previsível e de um processo livre aberto.

Retornemos, um momento, à consideração do ato e potência, em vista da tipicidade do processo que esta doutrina supõe. O ato se apresenta como o ser plenamente realizado em oposição ao ser em devir, em potência. Na potência, o ser se apresenta em estado virtual, em vias de vir.

A potência, quando “atua”, enquanto potência, ela “atua”. Isto significa: ela já é, de alguma forma, o ato. Ela é, enquanto atua. Enquanto atualiza. Enquanto vai sendo o ato. Ou é, virtualmente, o ato.

É a potência, enquanto virtualidade do ato, se dirigindo ao ato. Ela é potência enquanto possibilidade de se dirigir ao ato. E tem o ato como necessidade e fim. Porque a potência *já é o ato* incoativamente.

Assim o óvulo fecundado, o ovo ou o zigoto, já contém, embrionariamente, o ser adulto. O resultado, na ordem da noção e do conhecimento, já existe. O resultado não é nenhuma novidade. A potência não é capacidade alguma de inovação.

3 – Que processo? O processo de um acontecimento humano: liberdade, determinação, acaso e possibilidade do novo

Mas não se diga o mesmo, com igual naturalidade, do que se passa no âmbito dos acontecimentos que envolvem o querer livre do homem. O processo que ali se instaura não antecipa e não é, de forma alguma, o resultado que está por vir. Porque se trata de um resultado que nunca existiu antes, nem na mente do seu autor e é, por isso, simplesmente futuro, desconhecido e imprevisível. Entenda-se “nunca existiu antes” na ordem da realização, portanto, do acontecimento pleno. Só se poderá saber da sua possibilidade de existência, uma vez realizado, posto em termos de acontecimento. Porque, antes, o processo se perde no emaranhado de possibilidades.

Não se poderá portanto dizer que o mesmo ponto de partida requeira sempre, inevitavelmente, o mesmo processo de desenvolvimento, de tal modo que aporte sempre no mesmo resultado, não obstante a intencionalidade.

Na semente de bergamota está, em potência, a bergamoteira, mas o que estará em potência num ponto de partida de um ato livre do homem, seja ético ou poético? Dir-se-á: o resultado. Mas que resultado? Dir-se-á então... qualquer resultado, tudo. Mas tudo, aqui, é equivalente a nada. Nada de determinado. Nem isto, nem aquilo, incoativamente. Só o ato, neste caso, é que manifestaria a potência. Mas que ato? Se ele não é já conhecido na ordem da noção e do conhecimento e simplesmente está por vir e é imprevisível?

Por isso, o ponto de partida de um acontecimento da liberdade humana, de um processo livre, não aparece como a matriz do resultado que virá, porque a ele, ao ponto de partida, se sucedem séries abertas de ações e reações, atividade e receptividade, constitutivas de nossa humanidade, que inovam perspectivas e tateiam direções, durante o próprio processo ou acontecimento.

Além do mais, um ponto de partida não é dotado nem de vida, nem de liberdade. Mas, se for acolhido, adotado, se mostra vivamente exigente e com autonomia própria. O acontecimento do operar livre do homem é que transfigurará este aparentemente inerte ponto de partida para dentro da ordem do que, antes, nunca tinha existido na natureza. Realiza um salto qualitativo, inimaginável em outras esferas, transfigurando um simples ponto de partida, que não é potência alguma de nenhum determinado ato, em uma possibilidade de novidade original, organizada ou realizada com o envolvimento da decisão livre do homem. De certa maneira, num processo desta natureza, o ponto de partida não está em potência de nada, nem lhe é conferida pelo homem a potência, mas, antes, é arrancado, por assim dizer, de sua impotência e levado rumo a um resultado incalculado.

Estamos agora em condições de retornar à pergunta sobre a condição da emergência do novo, do que a resposta que estamos discutindo está na compreensão que se tenha da natureza de um processo que envolve a liberdade humana.

Retomemos os modelos iniciais de processo: o do quebra-cabeça com a figura na tampa da caixa, o da caixinha de surpresa, o do ato e potência e o do resultado aberto imprevisível, não contido em potência na potência, enquanto não previamente conhecido e, portanto, não presente, como predeterminado e resolvido na ordem da noção e do conhecimento.

Isto nos remete à ulterior indagação. Não terá o ser humano, no seu ato livre, já o resultado intencionado? E, portanto, já conhecido e previsto? Ao que, no contexto em que nos pusemos, deve-se responder: não há resultado enquanto só intencionado, enquanto só momento teórico. Todo o intencionado, todo o momento teórico só é possível, só se institui como momento noético, com o constitutivo concurso das operações éticas e estéticas. Por isso, o resultado, no âmbito do acontecimento humano, só se constrói como resultado, atravessando um processo. Um processo que envolve liberdade e necessidade ou, atividade e receptividade. Um processo, portanto, não somente ativo, pura atividade, liberdade absoluta, e nem um processo somente receptivo, pura passividade, determinação absoluta. Mas um processo, o dos acontecimentos da liberdade humana, que nunca se reali-

zam a não ser por entre toda a ordem de injunções e peripécias, onde o verbo tentar reina, de tal forma que se pode falar das aventuras do querer livre do homem no país das tentativas.

Tentativa é o termo adequado para um tipo de processo que não está pintado com as cores do ato e potência. Assim como ponto de partida não é mais do que ocasião, oportunidade, sugestão, aspiração, inspiração. Assim como resultado não é só o fim, a conclusão ou o ponto de chegada, termo de um processo; é também processo. Resultado é resultado, enquanto conclui o processo e é, ao mesmo tempo, processo, enquanto o inclui.

Esta dialética é extensiva a todo o âmbito do operar humano.

Além do mais, deve ser ressaltada a simultaneidade dos momentos teórico e prático: da decisão e do decidido, da escolha e da construção da descoberta, do intencionado e do realizado.

Problematicemos um pouco o tema. Duas teses poderiam se interpor na pretensão de explicar um processo.

A primeira, a que defende a realização estanque da intenção e do acontecimento. De um lado, se sabe, se conhece, se projeta, se planeja, se direciona e se quer. De outro, se realiza. Dois processos, por sua vez, diversos e distintos no tempo. Neste caso, o acontecimento-humano-resultado não seria outra coisa senão a reprodução daquilo que já estava prefigurado, conhecido na noção, na tampa da caixa, em potência, ou no universal dado, ou na totalidade. Sendo assim, o acontecimento-humano-resultado, em termos de inovação, se torna supérfluo: não é novo, é reprodução, ou expressão do já determinado. Pois, se o acontecimento-humano-resultado proveniente de um processo desta natureza não é mais do que a execução de um universal já dado, já concebido e pronto na imaginação, já idealizado, já intuído, já conhecido, então tudo já foi inventado e descoberto. O resultado já existe. E a liberdade será o esmaecido apanágio de um ser que pensa inovar, mas o mais que consegue é, de fato, reproduzir.

A segunda tese é a que afirma que os dois momentos, o da intenção e o do acontecimento-humano-resultado, são tão unificados, que o próprio processo se encarrega, por si próprio, aleatoriamente, por acaso, incidentalmente, de levar a bom termo. Atira-se o processo a um bruto empirismo do deixar rolar. É a execução da montagem do quebra-cabeça sem a estampa na caixa, ou a da caixinha de surpresa, com a diferença de que aqui não há nada nem *ante mentem meam*, nem *in re*. Neste caso, o resultado só existe depois da execução, sim, quando terminado o processo, sim, mas fruto de uma execução ao azar ou de um processo às cegas. Mas, se assim fosse de fato, como se poderia entender que um processo que inclui liberdade, abandonado ao próprio curso, pudesse, por si mesmo, ter a capacidade de orientar-se e de intencionar. Se o acaso não vem em auxílio, se o acaso não é explicação cabal, como pode a compreensão de um processo humano ser fundamentado na desorientação e no tropeço cego?

O que têm de comum estas duas teses? Ambas as teses encaram o resultado como se ele nascesse já maduro e surgisse já pronto, ou antes do processo ou no fim do processo. Tão contrastantes, tão opostas, e, no entanto, cada uma destas concepções, contrárias entre si, têm um pouco de verdade. Guardam ambas um

aspecto real do processo, embora não conseguindo interpretar adequadamente o processo.

A primeira insiste no fato de que o processo é guiado e orientado pela concepção teórica, já de todo inventada, conhecida e descoberta e, com isto, comodamente descarta de indagar, de perguntar, de refletir o processo mesmo. Contenta-se com a afirmação tênue de que o processo é desdobramento de uma interiorização do resultado pretendido pelo homem. O ato humano aparece aí como pleno de soberania, auto-suficiência e independência.

A segunda abdica da pretensão teórica e termina por abandonar a tarefa do acontencimento livre humano a si mesma, sem direção nem guia, muito adepta dos versos de Machado de que “caminheiro, o caminho se faz caminhando!” A ciosa tentativa é substituída por uma aventureasca lassidão do *laissez faire*. Constata-se uma exasperada acentuação do caráter de receptividade ou de passividade do ser humano.

A primeira tese é divina. É medievalmente divina. A um ser puramente ativo, simples, repugna o caráter processual. Tudo é imediato. Não há processo, há criação. Foi bem assim que a escolástica definiu o conceito judaico-cristão de criação: *productio alicujus ex nihilo sui et subjecti*.

A segunda tese não é humana. A pura passividade não convém à natureza humana, pois, para um ser composto consciente, receber já é sempre agir ou reagir, assim que não é possível receptividade pura e absoluta.

Daí que, para penetrarmos na intimidade do processo do operar livre do homem, temos que contar com a simultaneidade de atividade e receptividade, de liberdade e determinação, que requerem sincronia dos momentos teórico e prático.

Aportamos, agora, ao ponto que nos interessa: em que medida a compreensão do processo é condição para a emergência do novo?

4 – Considerações finais: o processo, condição de possibilidade da emergência do novo – a exigência do por-fazer – e, no entanto, o por-fazer, ele mesmo se faz

Do exposto, depreende-se que a possibilidade do novo, assim como o novo foi descrito, fica inviável dentro da concepção linear, onde a precedência do conhecimento sobre a realização, da atividade sobre a receptividade, da liberdade sobre a injunção, do ato sobre a potência, nada mais explica a não ser o desdobramento e a análise, *explicatio*, do que estava “plicado”, dobrado, mas já continente no todo. Neste caso, o novo é originário e sua eventual originalidade é no sentido mais fraco, enquanto aparência no tempo, enquanto epocalidade, e condicionada ao aqui e agora de um homem. O homem apenas resgata, em crescentes e continuados momentos, o embrionariamente já sempre existente.

De outra forma, também permanece inexplicada a compreensão da possibilidade do novo dentro do modelo do atirar a operação humana cegamente em direção a uma realização aleatória. Neste caso, em direção nenhuma. Neste caso, o novo é presumido como o absolutamente original, destituído de qualquer originariedade, e sua originalidade se funda na prevalência da operação sobre a teoria, da receptividade sobre a iniciativa, da potência sobre o ato, da injunção sobre a liber-

dade, tendo como vantagem a explicação cabal encerrada na possibilidade do acaso.

No primeiro caso, a tese seria: *o que quer que a gente faça, a gente mesmo faz, realizando o idealizado do modo como se queira.*

No segundo caso, a tese seria: *o que quer que a gente faça, o por-fazer vai se fazendo, à revelia de nossas intenções.*

Mas a tese aqui expedida é: *o que quer que seja que a gente faça, a gente o faz, e, no entanto, aquilo mesmo se faz, enquanto se está fazendo. Trata-se de um processo.* O ponto fulcral está não só na concomitância, *via processo*, entre conhecimento e realização, entre receptividade e atividade, entre universal e singular, entre necessidade e liberdade, entre ato e potência, entre invenção e concretização, entre todo e parte, mas na ênfase, porque esquecida, da importância orgânica e inafastável, da *exigência do por-fazer*, do por-operar, da necessidade do por-realizar, que é constitutiva do ponto de partida.

Foi afirmado que o ponto de partida não é um determinante, um princípio regeedor, um universal que abrange, um momento teórico que pede expressão prática. Foi afirmado, isto sim, que o ponto de partida é ocasião, oportunidade, sugestão, aspiração, neste sentido, possibilidade. Ele é arrancado “de sua monotonia e vulgaridade” por aquele que sabe reconhecê-lo. Reconhecido, ele é uma exigência, uma necessidade, um por-executar. Reconhecê-lo é ir descobrindo os seus caminhos, a sua independência, a sua autonomia. Reconhecê-lo é colocar a liberdade nos caminhos da necessidade daquele por-realizar, operar, agir, fazer, executar. Reconhecê-lo como ponto de partida é já não estar mais sozinho. Sou eu e o ponto de partida. É a minha liberdade diante da necessidade daquele por-operar. O ponto de partida, que então se afigura como um por acontecer, intencionado, passa a estar em nossa companhia. Apenas concebido, é mais do que um conhecimento prévio, já é um que-fazer e, por assim dizer, já exige ser feito, no seu modo. Há, sim, todo um esforço de atividade-receptividade para acolher esta companhia, na sua independência. E toda a caminhada – *o processo* – consiste, precisamente, no definir e determinar o ponto de partida daquele acontecimento humano livre, na sua independência, até fazer dele, um resultado, algo, por assim dizer, “vivente de vida própria”, ou, mais atenuadamente, exigente de exigência própria.

Um ponto de partida pode tardar um pouco. Apresenta-se entre mil outras oportunidades. É preciso saber reconhecê-lo, entre todas. Mas, esperá-lo já é evocá-lo. Quando aparece, parece como se produzido por mim que assim já o aguardava. E, chegando, sinto que já, de há muito, o esperava. E, o acolhendo, verifico que ele era exatamente o que eu esperava, o “meu” ponto de partida. Parece que não podia vir senão a mim, e que não poderia deixar de vir. E, no entanto, com a sua legalidade própria.

Um processo humano dotado de tais características pode pôr luz no fundamento da possibilidade da emergência do novo. Um processo, no qual, o ponto de partida não é uma forma formada final no sentido do ato aristotélico, nem uma forma formante inicial, no sentido da potência aristotélica.

Não há figura estampada na tampa da caixa do quebra-cabeça. Não há descoberta da surpresa da caixinha de surpresa; surpresa esta depois só possível de reiteração, por isto não mais surpresa. Não há ato, o primeiro na ordem da noção e do conhecimento, dirigindo deterministicamente a potência. Não há o princípio universal, ou melhor, é destituído de validade o universal *ante rem*, no sentido de *ante rem formatam*, ou *in mente*, no sentido de universal prévio, *a priori*; mas o que há é uma necessidade, no singular, no ponto de partida, *in re formante*, *ante mentem meam* e, não obstante, *in mente mea*. Não há a totalidade que engole a parte, mas sim a parte que, só pode ser dita “parte” enquanto nela circula a organicidade do todo. Não há o acaso, entregue ao jogo aleatório, fundamento mais imediato da possibilidade da emergência do novo, mas a tentativa, os tateios, o direcionar e redirecionar, o reendereçar, o acerto e o erro, o ensaio, o fracasso e o êxito, momentos todos estes cingidos à autonomia e à exigência do acontecimento humano por se realizar: o por-fazer. Não há o resultado, ponto final de uma caminhada, mas sim o resultado que, enquanto ponto de chegada é conclusão de um processo, mas que é também processo, enquanto o inclui e mais, novo ponto de partida para novas consumações.

Um processo desta natureza, fundado numa dialética de abandono e posse, de receptividade e atividade, de liberdade e necessidade, de totalidade e parcialidade, de universalidade e de singularidade, de teoria e práxis, poderá, quem sabe ajudar a aclarar a resposta aberta a nossa pergunta: qual a condição de possibilidade para a emergência do novo? Estará no modo como se usa, se compreende e se explica o termo processo?

Referências bibliográficas

1. Bibliografia de obras na versão original italiana

- PAREYSON, Luigi. *Estetica: Teoria della Formatività*. Terza Edizione, Firenze: G.C. Sansoni S.p.A., 1974. Primeira Edizione, Torino: Biblioteca di Filosofia, 1954.
- . *L'Estetica di Kant*. Milano: U. Mursia & C., 1968. Primeira Edizione, 1958.
- . *Verità e Interpretazione*. Seconda Edizione. Milano: U. Mursia & C., 1972. Verità e interpretazione (IV edizione), Mursia, Milano, 1991 (I edizione, 1971)
- . *Fichte, Il sistema della libertà*. Milano: U. Mursia Editore, 1950, 1976.
- . *L'estetica dell'idealismo tedesco, I. Kant, Schiller, Fichte*. Milano: Marzorati Editore, 1950.
- . *Teoria dell'arte. Saggi di Estetica*. Milano: Marzorati Editore, 1965.
- . *I problemi dell'estetica*. Seconda edizione riveduta. Milano: Marzorati Editore, 1966.
- . *Conversazioni di estetica*. Milano: U. Mursia & C., 1966.
- . *Schelling*. Milano: Marzorati Editore, 1971, Marietti, 1975.
- . *Schellingiana rariora*. Milano: Erasmo, 1977.
- . *Esistenza e persona*. (IV edizione). Il melangolo. Genova: 1985, 1992 (I edizione 1950 - Torino, Taylor, 1966).
- . *Ontologia della libertà. Il male e la sofferenza*. Einaudi. Torino: 1979, 1991, 1995, 1996.
- . *Filosofia della libertà*. 1988; Il melangolo, 1995.

2. Bibliografia de obras traduzidas para o português:

- PAREYSON, Luigi. *Os Problemas da Estética*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1985.
———. *Estética, Teoria da Formatividade*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1993.

3. Outras obras de referência “Ad Hoc”

- QUADROS, Odono José de. *Estética da Vida, da Arte, da Natureza*. 2. ed., Porto Alegre: Livraria Editora Acadêmica, 1986.
ROSSO, A. *Ermeneutica come ontologia della libertà. Saggio sulla teoria dell'interpretazione di Luigi Pareyson, Vita e Pensiero*. Milano: 1980.
RUSSO, F. *Esistenza e libertà. Il pensiero di Luigi Pareyson*. Roma: Armando, 1993.
TOMATIS, F. *Ontologia del male. L'ermeneutica di Pareyson*. Roma: Città nuova, 1995.

4. Bibliografia de filosofia afim

- ADORNO, Theodor W. *Teoria Estética*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1970.
CIRNE-LIMA, Carlos Roberto Velho. *Sobre a contradição*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993, 1996.
———. *Realismo e dialética: a analogia como dialética do realismo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1967.
———. *Dialética para principiantes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
ECO, Umberto. *Obra Aberta*. 2º ed.. São Paulo: Perspectiva, 1971.
FOCILLON. *Vie des Formes*. Paris: Presses Universitaires de France, 1947.
HEIDEGGER, Martin. *A Origem da Obra de Arte*. Lisboa: Edides 70, 1992.
———. *Caminos de bosque*. Madrid: Alianza, 1995.
———. *L'être et le temps*. Paris: Gallimard, 1964.
———. *Sendas Perdidas*. Buenos Aires: Losada, 1960.
STEIN, Ernildo. *Racionalidade e existência: uma introdução à filosofia*. L&PM, 1988.
———. *Dialética e Liberdade: festschrift em homenagem a Carlos Roberto Cirne Lima*. Porto Alegre: Ed. da Univ./UFRGS, 1993.